

Balanco patrimonial | Aprovado e publicado

Balance Sheet | Approved and published

30

ATIVO			
Ativo circulante	Notas explicativas:	2015	2014
Caixa e Equivalentes de Caixa	4(a) e 5	268.735	562.465
Recursos sem restrição			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4(a) e 5	3.457.213	4.601.640
Recursos com restrição			
Clientes	6	779.638	538.938
Convênios e Subvenções a receber com restrição		147.404	89.654
Estoques	7	780.737	1.998.659
Outros créditos	8	440.749	365.720
Total do ativo circulante		5.874.476	8.157.076
Ativo não circulante			
Investimento Coligada (DNA Editora)		30.000	
Imobilizado	9	5.846.873	6.123.707
Intangível	10	147.976	181.698
Total do ativo não circulante		6.024.849	6.305.405
Total do ativo		11.899.326	14.462.481

PASSIVO			
Passivo e Patrimônio Líquido	Notas explicativas:	2015	2014
Passivo Circulante			
Fornecedores		884.543	284.964
Salários e Encargos Sociais		552.650	654.361
Provisões de Férias	4(g)	711.828	774.467
Convênios e Subvenções a realizar com restrição		4.115.605	5.251.513
Financiamentos		353.118	775.629
Outros Débitos		54.000	
Total do Passivo não circulante		6.671.744	7.740.933
Passivo não circulante			
Receitas Diferidas		74.770	74.770
Obrigações Trabalhistas		160.174	81.639
Total do passivo não circulante		234.944	156.409
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	11	6.565.139	6.794.841
Reserva de Doações		1.196.416	1.196.416
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Deficit) do Período	12	-1.572.501	-1.490.891
Total do patrimônio líquido		4.992.638	6.565.139
Total do passivo e patrimônio líquido		11.899.326	14.462.481

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)			
RECEITAS OPERACIONAIS	Notas explicativas:	2015	2014
Convênios e Subvenções	13	1.153.087	566.000
Recursos com restrição			
Lei Rouanet - Recursos com restrição	14	3.470.995	3.613.468
Doações e Campanhas	15	6.055.049	5.427.305
Projetos Patrocinados	16	1.217.847	952.981
Venda de Serviços	17	2.051.631	3.871.110
Gratuidades Recebidas	20	1.629.714	470.440
Locação		20.240	6.054
Outras Receitas		300.214	92.933
Isenção da Cota Patronal	18	1.627.912,00	2.004.752,93
Trabalho Voluntariado	19	687.598	564.144
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS		18.214.287	17.569.189
Despesas operacionais			
Pessoal, Encargos e Benefícios	24a	(6.100.360)	(7.186.961)
Despesas Administrativas	24b	(6.815.750)	(5.883.292)
Gratuidade dos Serviços Assistenciais	21	(1.055.900)	(1.245.313)
Execução de Convênios		(921.659)	(762.833)
Contrapartida de Uso do Imóvel	22	(895)	(1.141)
Projetos Patrocinados	23	(564.312)	(685.236)
Contrapartida Gratuidades Recebidas	20	(1.629.714)	(470.440)
Resultado Financeiro		(382.688)	(255.967)
Isenção da Cota Patronal	18	(1.627.912)	(2.004.753)
Trabalho Voluntariado	19	(687.598)	(564.144)
Total das despesas operacionais		(19.786.788)	(19.060.080)
(DEFICIT) DOS PERÍODOS		(1.572.501)	(1.490.891)

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)				
	2015	2014		
1 - RECEITAS				
1.1) Convênios e Subvenções	1.153.087	566.000		
- Recursos com restrição				
1.2) Lei Rouanet - Recursos com restrição	3.470.995	3.613.468		
1.3) Doações e Campanhas	6.055.049	5.427.305		
1.4) Projetos Patrocinados	1.217.847	952.981		
1.5) Venda de Serviços	2.051.631	3.871.110		
1.6) Gratuidades Recebidas	1.629.714	470.440		
1.7) Locação	20.240	6.054		
1.8) Outras Receitas	300.214	92.933		
	15.898.777	15.000.292		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1) Custos, materiais, energia, serviços de terceiros e outros	5.977.460	5.063.273		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	9.921.318	9.937.019		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO	838.290	820.019		
5 - VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	9.083.027	9.117.000		
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5)	9.083.027	9.117.000		
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
7.1) Pessoal e encargos	67	6.100.360	79	7.186.961
7.2) Gratuidade dos Serviços Assistenciais	12	1.055.900	14	1.245.313
7.3) Execução de Convênios	10	921.659	8	762.833
7.4) Contrapartida de Uso do Imóvel	0	895	0	1.141
7.5) Execução dos Projetos Patrocinados	6	564.312	8	685.236
7.6) Resultado financeiro	4	382.688	3	255.967
7.7) Contrapartida da gratuidades recebidas	18	1.629.714	5	470.440
7.8) Deficit) do Período	-17	(1.572.501)	-16	(1.490.891)
TOTAL	100	9.083.027	100	9.117.000

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 MÉTODO INDIRETO (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2015	2014	
(Deficit) dos períodos	(1.572.501)	(1.490.891)	
Ajustados por:			
Depreciação e amortizações	838.290	820.019	
Ajustes de exercícios anteriores	(18.278)	(18.278)	
Outros	78.535	1.563	
(Deficit) dos períodos ajustados (Aumentos) diminuições em ativos	(673.953)	(687.587)	
Clientes/Convênios e Subvenções a receber com restrição	(298.450)	761.344	
Estoques de mercadorias	1.217.922	(1.319.713)	
Outros recebíveis	(21.029)	(26.128)	
Aumentos (Diminuições) em passivos			
Convênios e Subvenções a realizar-recursos com restrição	(1.135.908)	849.977	
Fornecedores	599.579	(466.117)	
Obrigações Trabalhistas+Encargos	(101.711)	131.700	
Provisões Trabalhistas	(62.639)	79.986	
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades operacionais	(476.188)	(677.537)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de Imobilizado	(527.735)	(747.523)	
Fluxo de caixa (consumido) gerado pelas atividades de investimento	(527.735)	(747.523)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Fundamentos bancários	(422.512)	775.629	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(422.512)	775.629	
(Diminuição) aumento em caixas e equivalentes de caixa	(1.426.434)	(649.430)	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.164.105	5.813.535	
(Diminuição) aumento de caixas e equivalentes de caixa	(1.438.157)	(649.430)	
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS	3.725.949	5.164.105	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	Patrimônio Social	Ajuste Avaliação	Reserva de Doações Patrimonial	(Deficit) e Superávit do Exercício	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.748.728	64.773	1.196.416	3.064.391	8.074.308
Incorporação ao patrimônio social	3.064.391				-
Ajuste de avaliação patrimonial				(3.064.391)	-
Ajuste exercício anterior	(18.278)			(18.278)	-
Deficit do período				-1.490.891	-1.490.891
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.794.841	64.773	1.196.416	-1.490.891	6.565.139
Incorporação ao patrimônio social	-1.490.891				-
Incorporação ao patrimônio social	64.773	-64.773		0	
Incorporação ao patrimônio social	1.196.416		-1.196.416	(1.572.501)	(1.572.501)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.565.139			(1.572.501)	4.992.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ELABORADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

1. Contexto operacional: A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante nas áreas de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência visual, de modo a promover sua integração à vida comunitária, escritura de 11/03/1946, registro no 11º Tabelião de São Paulo nº 2650 Livro A6 no registro de PJ do 1º Ofício de Títulos e Documentos. De utilidade Pública Federal Decreto 40.969 de 15/02/1957, registrada no CNAS conforme processo nº 246212/69, portadora de CEIS conforme Portaria nº 75/2015, item 72 de 24/06/2015, tendo sido publicada no Diário Oficial da União de 29/06/2015, a presente portaria concedeu validade assegurada de 01/01/2015 a 31/12/2017. De acordo com o artigo 4º de seu estatuto, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, observando o princípio da universalidade, tem por objetivo: facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: Na elaboração das demonstrações contábeis de 2015, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/09, que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros e a Lei 12.868/2013.

3. Formalidade da escrituração contábil resolução 1.330/11 (nbc itg 2000): A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no Diário da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais práticas contábeis adotadas: a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pro-rata até a data do balanço. c) Ativos circulantes: Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. d) O imobilizado e intangível se apresentam pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada de cada ativo e seu valor residual. A adoção da vida útil econômica foi efetuada para o setor produtivo tecnológico da entidade. e) Provisões: Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. f) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. g) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. h) Despesas e Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. i) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revera as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. j) Demonstração do Fluxo de Caixa: A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, e também de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13. l) Recursos com restrição: A conta identificadas como Recursos com restrição, são valores recebidos e a receber, a realizar no exercício seguinte e gastos incorridos no exercício (Receitas e Despesas) oriundos de contratos firmados com órgão públicos, e são assim identificados (Recurso

com restrição), pois a realização desses valores precisa respeitar as condições contidas nos contratos firmados e ainda por força da Resolução do CFC nº 1.409/12.

5. Caixas e equivalentes de caixa:

a. Recursos sem restrição:

	2015	2014
Caixa	6.300	7.028
Banco conta Movimento	136.421	354.158
Aplicações financeiras*	126.014	201.279
	268.735	562.465

b. Recursos com restrição:

	2015	2014
Caixa	925.019	435.507
Aplicações financeiras*	2.532.194	4.166.133
	3.457.213	4.601.640

*As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pro-rata até a data do balanço.

6. Clientes a receber: Esta conta é composta dos valores de créditos das transações com cartão de crédito do Outlet e dos Serviços prestados a curto prazo.

7. Estoques: Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado e referem-se aos produtos e materiais gráficos, material para revenda, mercadoria nossa em poder de terceiros até a data do balanço.

	2015	2014
Matéria Prima	673.514	1.380.631
Material de Consumo	0	495.119
Outlet	107.222	122.909
	780.736	1.998.659

8. Outros créditos:

	2015	2014
Adiantamento de Pessoal	28.545	80.254
Adiantamento a Fornecedores	22.335	5.600
Imposto a Recuperar IP/IRRF	332.433	274.340
Outros Créditos	54.000	
Prêmio de Seguro	3.434	5.526
	440.749	365.720

9. Imobilizado

Movimentação do custo:

CONTAS	2014		2015	
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Imóveis	3.201.266	(457.472)	2.743.794	
Móveis e utensílios	435.411	(35.158)	455.264	
Máquinas e equipamentos	3.299.194	(6.599)	3.302.605	
Veículos	77.344	(27.595)	49.749	
Matrizes	1.921.692	21.122	1.942.813	
Biblioteca	1.573.442	736.143	2.309.585	
Equipamentos de informática	537.566	95.986	(39.485)	594.066
Instalações	266.198		266.198	
Imobilizado em andamento	398.273	29.844	428.117	
Total do custo	11.710.386	948.117	(566.309)	12.092.191

Movimentação da depreciação:

CONTAS	Tx a.a %	2014		2015	

10. Intangível:

Movimentação do custo:

	2014		2015
CONTAS	Saldo Final	Adições	Saldo Final
Software e programas	366.726	92.475	413.511

Movimentação da depreciação:

	2014		2015
CONTAS	Tx a %	Baixas	Adições
Software e programas	20	(185.028)	(265.535)

11. Patrimônio líquido: O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acessado do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

12. Resultado do período (déficit): O déficit do período, em atendimento aos objetivos estatutários e aos dispositivos legais vigentes a Resolução 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 Item 15, será incorporado ao Patrimônio Social

13. Convênios e Subvenções: Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Fundação atendeu a Resolução nº 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10.

a. Fumcad - O Mundo na Ponta dos Dedos – Convênio nº 084/2013: Edição, produção e distribuição de 1.000 atlas escolares em formato tinta-braille para crianças e adolescentes cegos e com baixa visão, escolas, bibliotecas e organizações do município de São Paulo. Oferecer visitas, material educativo e exposições itinerantes do Centro de Memória Dorina Nowill para crianças, adolescentes e professores do município de São Paulo. Incentivar o processo de reabilitação de uma maneira lúdica e com intervenções de práticas culturais; despertar a atenção para questões da deficiência visual; promover uma rede de discussão entre escolas, alunos e pessoas com deficiência sobre a inclusão; promover um ambiente inclusivo para incentivar crianças e adolescentes fazendo com que se tornem adultos comprometidos com a cidadania e com o outro, entendendo e respeitando as limitações de cada um. Palestras Inclusivas 02/2015 SMDHC. Este projeto visa realizar atividades de sensibilização, informação e orientação por meio de 50 palestras educativas para um total de 1.500 professores da rede de ensino do município de São Paulo, que atuem com alunos de 0 a 17 anos de idade e a distribuição de 1.000 kits de material de apoio, promovendo condições de melhor atuação do corpo docente junto aos alunos com deficiência visual, favorecendo assim o processo de inclusão social. Aprendendo com o Centro de Memória: 03/01/2015 SMDHC. O projeto busca oferecer 216 visitas educativas a exposição "E tudo começou assim: ações projetivas e históricas que mudaram a vida das pessoas com deficiência visual" do Centro de Memória Dorina Nowill para cerca de 8.640 crianças e adolescentes das escolas e organizações do município de São Paulo, além da produção e distribuição de material educativo acessível sobre a exposição. Inclui também realizar 4 exposições em 4 CEUS do município de São Paulo acompanhados de palestras e workshops a respeito dos temas abordados da exposição

	2015	2014
Palestras Inclusivas	189.521	
Centro de Memórias	538.862	
O Mundo na Ponta dos Dedos	86.334	326.372
	814.718	326.372

b) Secretaria Municipal da Cultura: Subvenção nº 01/2014/SMC processo nº 2002.0.089.371-4 - Produção de 30 títulos em braille e 30 títulos falados, distribuídos para a biblioteca Louis Braille do Centro Cultural de São Paulo e para as bibliotecas indicadas pela Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas da Sec. Munic. Da Cultura.

	2015	2014
Salários e Consumo de Materiais	227.966	225.000

c) Secretaria dos Direitos Humanos: Convênio nº 793501/2013 - Realização de 6 cursos de qualificação em técnicas de orientação e mobilidade para pessoas com deficiência visual, executados nas seguintes cidades: Manaus, Belém, Brasília, Cuiabá, Natal e Fortaleza. Serão beneficiados 180 profissionais da área da saúde e educação.

	2015	2014
Palestras e Consumo de Materiais	110.403	14.628
Total da execução de convênios e subvenções	1.153.087	566.000

14. Lei Rouanet: Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador o desconto proporcional ao formato e valor aplicado. O projeto de captação através deste incentivo (IR) tem por objetivo proporcionar aos deficientes visuais a leitura de livros no formato acessível (braille/falado/diáti) de títulos exigidos em vestibulares, para cultura e lazer e outros. Através desses projetos patrocinados é proporcionada aos deficientes visuais mais distantes do território nacional a oportunidade de ler títulos atualizados.

15. Doações e campanhas: As doações e campanhas contribuem para a realização dos serviços do atendimento aos deficientes visuais, assim como para os processos de doação de livros não patrocinados.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1) Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) Opinião sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 13 de abril de 2015, que não conteve nenhuma modificação. Demonstração do valor adicionado: Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo - SP, 14 de abril 2016.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS

CR/CP SP 024298/O-3 | CR/CP SP 187.003/O-0

Alexandre Chiaratti do Nascimento

Contador | CNAI - SP - 1620

	2015	2014
Campanhas e Eventos	4.095.850	4.327.957
Doativos Bancários	878.214	317.720
Nota Fiscal Paulista	363.257	280.332
Doativos em Espécie	629.613	367.873
IMESP / Sucatas	45.976	58.223
Fundação B. Eljias Gilksmanis		75.200
IHF		42.139
	6.055.049	5.427.305

16. Projetos patrocinados:

	2015	2014
Projeto Perfumaria p/ Deficientes	87.272	353.122
Samsung		284.060
Salvador Arena		94.925
QBE	28.233	29.500
Fundação Prada	122.608	67.066
Pronas - De Olho no futuro	695.673	408.368
	1.217.847	952.981

17. Vendas de serviços:

	2015	2014
Impressão / Transcrição / Vendas	1.400.580	3.212.318
Serviços - Cursos / Palestras / Treinamento	25.730	13.130
Serviços de Gravação Digital - Livro Falado	845.081	1.408.892
Publicações	1.252	2.098
Consultoria / Revisão / Audio descrição	72.937	127.470
(-) Custos dos Serviços	(293.948)	(892.798)
	2.051.631	3.871.110

18. Contribuições Sociais – Isenção Usufrúvia: Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, entidade beneficiária certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91.

19. Trabalho Voluntário: Conforme Resolução nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 Item 19, a Fundação reconheceu pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa.

20. Gratuidades recebidas: A Fundação reconheceu pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado de divulgação em rádio. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa.

	2015	2014
Rádio 9 de Julho		13.200
Rádio Antena 1	18.504	23.040
Rádio Cultura	104.400	215.760
Rádio Alpha FM	144.460	78.440
FCL - Fundação Casper Líbero	1.307.810	140.000
Radio Mix	54.540	
	1.629.714	470.440

21. Assistência Social – Gratuidades concedidas: Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade são atividades de proteção social nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/07, Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10, e por esse motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, como consequência, por elas prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação. II – quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social. III – demonstrar potencial para integrar-se à rede sócio-assistencial, ofertando o mínimo de 60% da sua capacidade ao SUAS e IV – disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

21.1 - Formalização dos Projetos Sociais: A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. A Entidade, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais, formaliza em cada Projeto Social: os objetivos deste; origem de recursos; infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para essa participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

a. O Deficiente na Universidade: O projeto tem como objetivo prover todas as pessoas com deficiência visual no ensino médio, vestibulandos, universitários e profissionais liberais por meios e ferramentas para estudo e pesquisa em todo território nacional, criando e disponibilizando diversos títulos de dicionários, acadêmicos e de referência para que a pessoa com deficiência visual tenha à sua disposição material de qualidade e que permita maior independência no desenvolvimento de seus estudos e atividade profissional pessoal. No exercício de 2014, 1.289 novos títulos para 458 deficientes visuais em todo o território nacional. Em 2015, 526 novos títulos para 881 deficientes visuais

b. Habilitação e Reabilitação de Def. Visuais: Os programas de habilitação e reabilitação desenvolvidos pelos Serviços Especializados da Fundação Dorina Nowill para Cegos visam o desenvolvimento pessoal, por meio do incentivo a aprendizagem, a adaptação social, a orientação às famílias, às escolas e às empresas, com o objetivo de promover a independência e a autonomia de todas as pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) de todas as faixas etárias e de todo o Brasil. No exercício de 2014 realizamos 21.874 mil atendimentos e 1.178 pessoas foram reabilitadas e

em 2015 realizamos 23.779 mil atendimentos e 953 pessoas foram reabilitadas.

	2015	2014
Projetos e Programas:		
O Deficiente na Universidade	377.324	526.646
Habilitação e Reabilitação	678.575	718.668
	1.055.899	1.245.313

22. Contrapartida de contratos e convênios: De acordo com o Termo de Convênio nº 302/2008 com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a Fundação Dorina Nowill para Cegos ofereceu, como contrapartida à permissão de uso do imóvel sito à Rua Dr. Diogo de Faria, 558 – Vila Clementino – SP, cursos para professores e educadores e atendimento educacional especializado gratuito, sendo duas (2) turmas do curso "O Aluno com Baixa Visão no Ensino Regular" com a participação de 40 professores e gestores da Rede Municipal de Ensino.

23. Execução dos projetos patrocinados: A execução dos projetos patrocinados em 2015 compreende os seguintes gastos:

	2015	2014
Projeto Perfumaria p/ Deficientes	87.272	353.122
IHF	42.138	-
QBE	28.233	-
Projeto Samsung	284.061	
Fundação Salvador Arena		189.848
Fundação Prada	122.608	67.066
Fundação Eljias Gilksmanis		75.200
	564.311	685.236

24. Desdobramento de itens da demonstração do resultado do período:

a. Pessoal encargos e benefícios:

	2015	2014
Salários	2.988.863	4.053.813
Férias	648.419	744.192
Décimo Terceiro	433.134	554.711
F.G.T.S	854.814	539.642
Reflexão	397.899	465.291
Assistência Médica	261.355	328.246
Outros	515.876	501.966
	6.100.360	7.186.961

b. Despesas administrativas:

	2015	2014
Correio	286.469	468.911
Telefone	59.897	129.310
Desp. Veículos	111.627	55.640
Conserv. Reparos	104.764	125.585
Água/Luz	187.081	116.797
Sistemas	413.433	623.857
Segurança/Limpeza	372.403	371.845
Assessoria e Serviços	1.869.474	1.270.406
Comunicação/Divulg.	255.496	113.923
Promoções/Eventos	127.262	231.781
Materiais para produção	1.636.896	654.970
Depreciação	864.260	820.019
Outros	526.688	900.249
	6.815.750	5.883.292

25. Imunidade tributária: A Fundação Dorina Nowill para Cegos é imune à incidência de impostos por força do art. 150, inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Esses valores foram registrados em contas patrimoniais específicas e reconhecidas como receita e despesa nos períodos apropriados. 25.1. Característica da Imunidade: A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º, do CTN, e por isso imune, usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

26. Seguros contratados: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação Dorina Nowill para Cegos efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Seguro Predial – Apólice 953000513 – Vencimento Out/2016
Seguro de Veículo – Apólice 31-96-007.562 – Vencimento Jun/2015
Seguro de Veículo – Apólice 010195 – Vencimento Fev/2015

São Paulo, 31 de dezembro de 2015.

Adermir Ramos da Silva Filho

Superintendente
CPF - 093.273.968-71

Aparecida Quintino Leite

Contadora
CRC - SP/23752/O-9

PARECER CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Dorina Nowill para Cegos no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em concordância com o relatório dos auditores independentes emitido pela Audisa Auditores Associados, que examinaram as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, com base nas verificações detalhadas nos documentos e relatórios apresentados para exame, concluíram que as Demonstrações Financeiras da Fundação Dorina Nowill para Cegos representam adequadamente a posição financeira e o resultado das operações do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 14 de abril de 2016.

Fernando Augusto Trevisan

CPF 292.331.408-57

Geraldo Pinheiro da Fonseca Filho

CPF 014.239.858-69

Eduardo Oliveira

CPF 790.919.628-87